



PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS, DIVIDIDA EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM

PREÂMBULO

Pelo presente Aditamento: (i) Companhia Petrolífera Marlim, sociedade por ações com sede e foro na Cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Elias Agostinho, 665, Bloco F, sala 207, Ponta de Imbetiba, inscrita no CNPJ sob o nº 02.854.397/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada EMISSORA); e (ii) representando a comunhão de debenturistas, adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, Planner Corretora de Valores S.A., instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, 2.439 - 11º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 00.806.535/0001-54, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS), vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente Primeiro Aditamento à Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis, Dividida em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real da Companhia Petrolífera Marlim (doravante denominado "Primeiro Aditamento"), alterando condições expressas na "Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis, Dividida em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real da Companhia Petrolífera Marlim", celebrada em 26 de janeiro de 2001 (doravante denominada "Escritura"), que passa a valer segundo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - ALTERAÇÕES NAS CLÁUSULAS

1.1 - A Cláusula I da Escritura passa a vigorar com a seguinte redação:

"A presente Escritura é firmada com base em deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias dos acionistas da EMISSORA realizadas em 19 de dezembro de 2000 e 26 de janeiro de 2001 e da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 14 de fevereiro de 2001.

Nos termos do § 1º do artigo 59 da Lei 6.404/76, a Assembleia Geral Extraordinária da EMISSORA delegou ao seu Conselho de Administração poderes para deliberar sobre as seguintes matérias: (i) época e condições de vencimento, amortização ou resgate das debêntures; (ii) época e condições do pagamento dos juros; (iii) o modo de subscrição ou colocação e o tipo das debêntures; (iv) o cancelamento de debêntures que eventualmente não sejam colocadas e, se e quando necessário, das debêntures que se encontrem em tesouraria; e (v) a homologação da remuneração definitiva das debêntures, a ser estabelecida em processo de "book building".



COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM
PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS,
DIVIDIDA EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM



1.2 - O item 2.1 da Cláusula II da Escritura passa a vigorar com a seguinte redação:

2.1. Arquivamento e Publicação das Atas das Assembleias Gerais Extraordinárias

As atas das Assembleias Gerais Extraordinárias, de 19 de dezembro de 2000 e 26 de janeiro de 2001 e da Reunião do Conselho de Administração da Emissora de 14 de fevereiro de 2001, que deliberaram sobre a presente Emissão de Debêntures serão arquivadas na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal do Commercio."

1.3 - O item 2.2 da Cláusula II da Escritura passa a vigorar com a seguinte redação:

2.2. Registro da Escritura

A presente Escritura e seus aditamentos serão registrados no competente Registro Geral de Imóveis do local em que se encontra a sede da EMISSORA."

1.4 - O item 4.2 da Cláusula IV da Escritura passa a vigorar com a seguinte redação:

4.2. Remuneração

A partir da Data de Emissão, as Debêntures da primeira série farão jus à seguinte "Remuneração":

Juros Remuneratórios:

As Debêntures da primeira série farão jus ao pagamento de "Juros Remuneratórios" equivalentes a, no máximo, 100% da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, denominada Taxa DI, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, doravante denominada "Taxa DI", capitalizada de *spread* de 0,34% ao ano (CDI+ 0,34% ao ano). As taxas serão calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão, ou data de vencimento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$JR = VN \times \{[(f1 \times f2 \dots \times fj) \times S] - 1\}$$

onde,

JR = valor dos Juros Remuneratórios a ser pago nas datas dos seus respectivos vencimentos;



2 (de 7)

COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM
PLANO DE EMISSÃO ADITAMENTO À ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES NÃO CONVERTÍVEIS
DIVIDIDA EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM



VN = Valor Nominal Unitário da Debênture no início do Período de Capitalização (conforme definido abaixo);

$(f_1 \times f_2 \dots \times f_j)$ = fator de variação acumulado da Taxa DI, capitalizado do *spread*, entre a data de início e a data final do "Período de Capitalização" dos Juros Remuneratórios, calculado conforme fórmula abaixo.

Os termos f_1 , f_2 , f_j serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$f_j = \left[\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} \right)^{\frac{1}{252}} \right]$$

onde,

f_j = fator da Taxa DI referente ao dia j ;

Taxa DI $_j$ = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia j ;

S = fator de *spread* final ao ano, base 252 dias, calculado conforme fórmula abaixo.

$$S = \left\{ \left[\left(1 + \frac{b}{100} \right)^{\frac{du}{252}} \right] \right\}$$

onde:

$b = 0,34$ para 0,34% a.a.;

du = número de dias úteis do Período de Capitalização.

Os Juros Remuneratórios serão devidos semestralmente, nos dias 01 de junho e 01 de dezembro dos anos de 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005.

No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Caso não haja substituto legal, o AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento, realizar a Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei nº 6.404/76), para a deliberação, de comum acordo com a EMISSORA, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 07/99 e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser proposto pela EMISSORA.



3 (de 7)

COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM
PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES NÃO CONVERTÍVEIS,
DIVIDIDA EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM



Na ausência de critério legal, a mesma Assembleia deliberará sobre a Remuneração a que as Debêntures farão jus no período compreendido entre a data da última Remuneração apurada e a data da aludida Assembleia.

Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da EMISSORA não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada a última Taxa DI divulgada até 10 (dez) dias anteriores ao do vencimento da obrigação, não sendo devidas quaisquer compensações entre a EMISSORA e os debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias anteriores ao do vencimento da obrigação, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos acima quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre os debenturistas representando 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em circulação e a EMISSORA, as Debêntures deverão ser resgatadas na sua totalidade, no prazo de 30 dias contados da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. O resgate ao qual se refere esta cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

As Debêntures da segunda série farão jus à seguinte Remuneração:

(a) Atualização:

As Debêntures da segunda série terão seu "Valor Nominal Unitário" atualizado a partir da Data de Emissão, ou da data do último pagamento da Atualização, conforme o caso, pelo IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times \left[\left(1 + \frac{IGPM_1}{100} \right)^{\frac{d_1}{D1}} \times \left(1 + \frac{IGPM_2}{100} \right)^{\frac{d_2}{D2}} \times \dots \times \left(1 + \frac{IGPM_n}{100} \right)^{\frac{d_n}{Dn}} \right]$$

onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado;

VNe = Valor Nominal Unitário;

IGPM_n = índice do IGPM na forma percentual, relativo ao mês n;

d_n = número de dias corridos do 1º dia do mês da "Atualização", até a data de Atualização;

D_n = número de dias do mês n corrente.

4 (de 7)



COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM
PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS,
DIVIDIDA EM DUAS SÉRIES, DA SÉRIE COM GARANTIA REAL DA COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM



O IGP-M deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

A aplicação do IGP-M incidirá anualmente, ou no menor período permitido pela legislação em vigor, nesse caso, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures do IGP-M, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Caso não haja substituto legal, o AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento, realizar a Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei nº 6.404/76), para a deliberação, de comum acordo com a EMISSORA, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 07/99 e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser proposto pela EMISSORA.

Na ausência de critério legal, a mesma Assembleia deliberará sobre a Remuneração a que as Debêntures farão jus no período compreendido entre a data da última Remuneração apurada e a data da aludida Assembleia.

Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da EMISSORA não houver divulgação do IGP-M, será aplicado o último IGP-M divulgado até 10 (dez) dias anteriores ao do vencimento da obrigação, não sendo devidas quaisquer compensações entre a EMISSORA e os debenturistas quando da divulgação posterior do IGP-M que seria aplicável. Se a não divulgação do IGP-M for superior ao prazo de 10 (dez) dias anteriores ao do vencimento da obrigação, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos acima quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

Em qualquer hipótese mencionada nesta cláusula, caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre os debenturistas representando 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em circulação e a EMISSORA, as Debêntures deverão ser resgatadas na sua totalidade, no prazo de 30 dias contados da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. O resgate ao qual se refere esta cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

(b) Juros Remuneratórios:

As Debêntures da segunda série farão jus ao pagamento de Juros Remuneratórios pré-fixados à taxa de 10,70% ao ano, incidentes sobre o saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário atualizado, calculados cumulativa e exponencialmente, por dias úteis, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, desde a Data de Emissão, ou data de vencimento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de pagamento dos Juros Remuneratórios devidos ao final do Período de Capitalização, conforme definido abaixo, de acordo com a seguinte fórmula:



5 (de 7)

COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM
ADITAMENTO À ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS,
DIVIDIDA EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM



$$J = V_{Na} \times \left\{ \left[\left(1 + \frac{b}{100} \right)^{\frac{n}{360}} \right] - 1 \right\}$$

onde:

J = Valor dos Juros Remuneratórios devidos ao final de cada Período de Capitalização;

VNa = Saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário Atualizado em Reais na data de início de cada Período de Capitalização;

b = 10,70, para 10,70% a.a.;

n = Número de dias úteis do respectivo Período de Capitalização.

A Atualização e os Juros Remuneratórios serão devidos anualmente, nos dias 01 de dezembro dos anos de 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005.

Define-se Período de Capitalização como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do último vencimento da Remuneração das respectivas séries, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento da Remuneração das respectivas séries. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

A Ata da Reunião do Conselho de Administração que homologou a Remuneração definitiva das Debêntures das 2 (duas) séries deverá ser publicada em até 5 (cinco) dias úteis após sua determinação. A Remuneração definitiva deverá constar do anúncio de início de distribuição pública das Debêntures, a ser publicado conforme definido na Cláusula IV, item 4.7.1."

CLÁUSULA II - RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e disposições da Escritura que não foram expressamente alteradas pelo presente instrumento.



6 (de 7)

COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM
PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS,
DIVIDIDA EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM



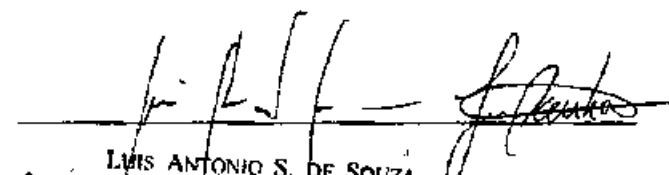

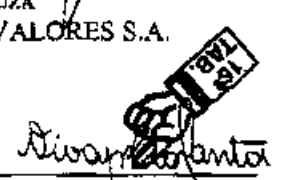
CLÁUSULA III - FORO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2001.

COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM


 LUIS ANTONIO S. DE SOUZA
 PANNER CORRETORA DE VALORES S.A.
 
 Carlos Arnaldo Borges de Souza Viviane A.R. dos Santos

TESTEMUNHAS:

NOME:

RG:

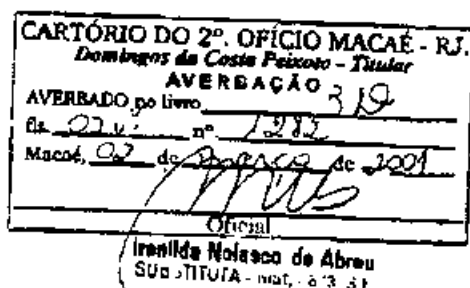
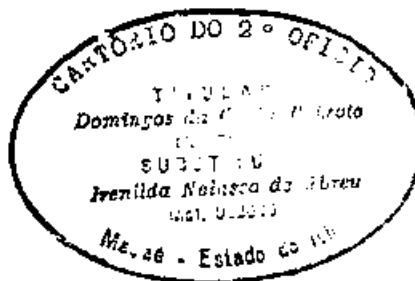
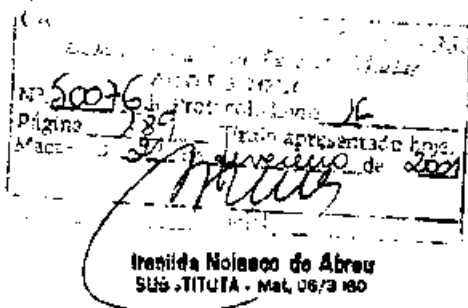
NOME: CATHERINE D. M. BARBOSA

RG: 21.279.081



7 (de 7)

COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM
 PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS,
 DIVIDIDA EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA COMPANHIA PETROLÍFERA MARLIM



CARTÓRIO DO 15. TABELADO DE NOTAS
SÃO PAULO - CAPITAL
Rua Fato Contun, 1165 - Capital - SP
Eduardo Tadeu Disconin - Tabelião

RECONHECIDO POR SEMELHANÇA (N)S FIRMAS: DE:
CARLOS ARNALDO BORGES DE SOUZA (14057),
LIVIANE APARECIDA RODRIGUES DOS SANTOS:
(118117)
São Paulo, 19 de Setembro de 2001.
EM TEST. DA VERDADE.

RONALDO ROBERTO ZACATIN - ESCRIVENTE
CPF: 0780/19022001-6
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE:
FIM R\$ 1,00 e TOTAL R\$ 3,00
OBRIGADO: EDUARDO 379419

